



Educação Patrimonial - Resgate do Patrimônio Cultural, Material e Imaterial de Ibiassucê

Heritage Education: Preservation of the Tangible and Intangible Cultural Heritage of Ibiassucê

Suzana Rocha da Silva

A aluna do curso de História. RU: 1192580

Resumo: O presente trabalho de Educação Patrimonial, Resgate do Patrimônio Cultural, Material e Imaterial - Ibiassucê apresenta conceitos e definições com o objetivo de analisar a prática, refletindo sobre as concepções, os conceitos, funções e problemas culturais do município, observar o contexto histórico e cultural, compreender a construção de sua identidade e identificar as formas de manifestações culturais que representam esse povo. A educação patrimonial é as ações e atitudes que estudam a cultura e a formação educacional, representando a valorização e as práticas culturais. Esse estudo é um estudo bibliográfico que visa proporcionar uma melhor compreensão desses conceitos e definições, baseados em alguns autores estudados dentro deste curso e, principalmente, em uma pesquisa de campo, nas secretarias da cidade de Ibiassucê e também com entrevista com os moradores da comunidade de Santo Inácio, lugar registrado como quilombola, nesse mesmo município. O estudo realizado é de grande importância na contribuição de conhecimentos e motivação necessários que reflitam a consolidação e os laços na construção de uma identidade cultural.

Palavras-chave: patrimônio; resgate; valorização; identidade cultural.

Abstract: This study on Heritage Education and the Preservation of Cultural Heritage, both Tangible and Intangible, in Ibiassucê presents concepts and definitions aimed at analyzing practices related to cultural heritage, reflecting on the municipality's cultural conceptions, functions, and challenges. It also seeks to examine the historical and cultural context, understand the construction of local identity, and identify the forms of cultural expression that represent its people. Heritage education encompasses actions and attitudes that study culture and educational formation, promoting the appreciation and preservation of cultural practices. This study is a bibliographic study that aims to provide a better understanding of these concepts and definitions, based on authors studied throughout the course and, primarily, on field research conducted in the municipal departments of Ibiassucê, as well as interviews with residents of the Santo Inácio community, recognized as a quilombola community within the same municipality. The study is of great importance in contributing knowledge and motivation necessary to strengthen and consolidate the bonds involved in the construction of cultural identity.

Keywords: heritage; preservation; appreciation; cultural identity.

INTRODUÇÃO

Como se dá o resgate do patrimônio cultural, material e imaterial de Ibiassucê?

Patrimônio histórico pode ser definido como um bem material e imaterial que possui significado e grande importância cultural para a sociedade. Patrimônios

esses que foram construídos ou produzidos pelas sociedades passadas, por representarem uma importante fonte de pesquisa e preservação cultural.

O conceito de patrimônio cultural, em sua materialidade e imaterialidade, vem sendo construído desde o início do século XX, com o estabelecimento de políticas públicas voltadas para a identificação e o reconhecimento desses bens.

O presente artigo aborda a Educação Patrimonial, um tema muito discutido pela sociedade brasileira como um todo. Este assunto vem sendo discutido de forma crítica em reuniões municipais, escolas, câmaras de vereadores do município, a fim de que protejam e valorizem os bens culturais que ainda nos restam neste município.

Os objetivos propostos são analisar a prática, refletindo sobre as concepções, os conceitos, as funções e os problemas culturais do município de Ibiassucê, bem como a observação do contexto histórico e cultural, a compreensão da construção da identidade e das manifestações culturais representadas pelo povo.

Para o desenvolvimento deste estudo serão apresentados os aspectos teóricos e bibliográficos de cunho exploratório de natureza quantitativa, a pesquisa bibliográfica que nos possibilita ao embasamento teórico fundamentado em vários autores deste curso e a pesquisa de campo realizada em comunidade e partes de patrimônios culturais da cidade que servirão de grande importância neste estudo.

O artigo está dividido em quatro partes que irão descrever sucintamente cada uma delas. A primeira parte é sobre conceitos de patrimônio material e imaterial; a segunda parte é sobre patrimônio: sua origem na educação; a terceira, resgate e valorização cultural; finalmente, formação da identidade cultural.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL - RESGATE DO PATRIMÔNIO CULTURAL, MATERIAL E IMATERIAL DE IBIASSUCÊ

Conceitos de Patrimônio Material e Imaterial

Nota-se que o conceito de patrimônio ganhou sua importância ao longo dos séculos, além de que sua expressão está vinculada aos pensamentos políticos, com o propósito de unificar a sociedade apesar de suas características diferentes.

Por volta dos anos de 1990, acontecia o desenvolvimento das questões sobre o conceito de imaterial que resultou na decisão de um Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial entre o final do século XX e o início do século XXI.

A necessidade de proteger bens e obras que representam a história de uma comunidade recebeu definições mais específicas. As classificações dos bens e obras passaram a ser elencadas em patrimônio material e imaterial.

Com o surgimento do conceito de patrimônio material, circulavam ao redor de bens com atribuição de valor artístico e histórico, bens físicos como monumentos, castelos e edificações seculares. Este conceito ainda existe como definição do que pode ser produzido de forma palpável por uma cultura.

O patrimônio pode ser entendido como resultado de processos de luta material entre grupos sociais e temporalidades diferentes. Para o autor:

[...] Uma política cultural que leva em conta o caráter processual do patrimônio e sua transformação nas sociedades contemporâneas poderia organizar-se conforme a diferença [...] entre o arcaico, o residual e o emergente [...]. O arcaico é o que pertence ao passado e é reconhecido como tal por aqueles que hoje o revivem [...].

Ao contrário, o residual formou-se no passado, mas ainda se encontra em atividade dentro dos processos culturais. O emergente designa os novos significados e valores, novas práticas e relações sociais.

As políticas culturais menos eficazes são as que se aferrem ao arcaico e ignoram o emergente, porque não conseguem articular a recuperação da densidade histórica com os significados recentes gerados pelas práticas inovadoras na produção e no consumo (Canclini, 2013, p. 50).

No patrimônio cultural também existem hábitos, costumes, tradição, crenças e todo o material e imaterial de uma ação. A cultura vem unificar os conceitos de patrimônio material e imaterial, complementando-os.

Mário de Andrade foi defensor de um conceito abrangente de patrimônio ao articular em um mesmo eixo as dimensões materiais e imateriais. Esses eixos são dados como os bens móveis, físicos e imóveis: o casarão construído pelos escravos, os utensílios de barro confeccionados pelos antigos moradores de cada região, o meio de transporte que era o carro de boi e as danças que festejavam os santos do mês de junho, Santo Antônio, São João e São Pedro e o padroeiro da cidade, São Sebastião. O conhecimento popular, em todas as manifestações folclóricas e culturais, como a língua, o folclore e as crenças, era a grande identidade da sua nacionalidade.

O conceito de patrimônio imaterial surge a nível mundial quando a UNESCO, em 1972, depois de aprovar a Convenção do Patrimônio Mundial, cultural e natural, teve uma reivindicação de países do Terceiro Mundo relativa à realização de estudos para a proposição em nível internacional de um instrumento de proteção às manifestações populares de valor cultural (Sant'anna, 2009, p.53).

Conforme o órgão do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), o patrimônio material de nossa sociedade está registrado em quatro livros tomo classificados a partir de sua natureza;

[...] Livros do Tombo: arqueológicos, paisagísticos e etnográficos; históricos; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis, como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos, e bens individuais; e móveis, como coleções arqueológicas, acervos musicológicos,

documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos (IPHAN 2013).

Um dos principais instrumentos para a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, o Decreto-Lei n. 25/1937 é o ato vigente do tombamento, por meio do qual o Estado adquiriu poder para declarar tombados bens culturais públicos e os pertencentes e particulares, no caso de estes apresentarem valor cultural significativo para a coletividade. Mesmo não absorvendo toda a riqueza dos bens culturais imateriais defendidos no anteprojeto de Mário de Andrade (Andrade 2013), em decorrência desse instrumento legal (o decreto) e jurídico (o ato do tombamento), os bens culturais estão presentes nas paisagens urbanas e rurais do território brasileiro como testemunhos de épocas históricas diversas.

A Constituição Federal Brasileira de 1934 documentou todos os patrimônios culturais tombados, garantindo uma responsabilidade e proteção dos governos por zelar e cuidar dos bens públicos.

Mas para Sant'Anna (2009, p. 64), no ano de 1988 houve um grande avanço em seu direcionamento ao alargamento da noção de patrimônio cultural brasileiro, inserindo-se na disputa pelas memórias diversas e diferentes atores sociais.

[...] O registro correspondente à identificação e à produção de conhecimento sobre o bem cultural de natureza imaterial equivale a documentar, pelos meios técnicos mais adequados, o passado e o presente dessas manifestações, em suas diferentes versões, tornando tais informações amplamente acessíveis ao público. O objetivo é manter o registro da memória desses bens culturais e de sua trajetória no tempo, porque só assim se pode “preservá-los”. Como processos culturais dinâmicos, as referidas manifestações implicam uma concepção de preservação diversa daquela da prática ocidental [...]. os bens culturais de natureza imaterial são dotados de uma dinâmica de desenvolvimento e transformação que não cabe nesses conceitos, sendo mais importante, nesses casos, registro e documentação do que investigação, restauração e conservação (Sant'anna, 2009, p. 64).

Os registros anotados nos livros visam documentar o bem imaterial, que é analisado em média a cada dez anos, uma vez que os bens intangíveis são dinâmicos e processuais.

Um desafio designado aos países é ampliar o processo de convivência entre o tradicional e o moderno, globalizado, sendo uma parte em modernidade e a outra para além das necessidades da preservação cultural, sendo reconhecidas como socialmente significativas. Para o autor Abreu (2009, p. 109):

[...] nesses países, as concepções de preservação e de construção do patrimônio cultural são bem diferentes das encontradas em países ocidentais, valorizando-se, sobretudo, o “saber-fazer”, os procedimentos, as técnicas, as formas de organização do trabalho e da produção, não apenas o resultado

material (em pedra e cal) ou mesmo imaterial (as “performances”) desses processos.

No Brasil foi registrado o primeiro bem cultural imaterial, o conhecido como o ofício das panelleiras de Goiabeiras. O reconhecimento como patrimônio imaterial está ligado a uma tradição feminina, mais precisamente de origem indígena, que auxilia na preservação do meio ambiente de produção das panelas de barro, protegendo assim o lugar de memória. Com isso, elas tiveram as temporadas ameaçadas de contaminação e destruição do barreiro.

Patrimônio: Sua Origem na Educação

Foi a partir do surgimento das nações como países que acrescentou ao conceito de patrimônio uma forma de identificação das posses com seus estados nacionais. Partido da década de 1980 que os profissionais de diversas áreas ligadas às ações voltadas ao tema e às instituições de patrimônio e memória, principalmente em museus, que começaram a organizar encontros, realizar suas metodologias e discutir seus procedimentos para alcançar as atividades educativas patrimoniais. Para Schwarcz e Starling (2015, p. 26):

[...] desenhou seu autorretrato como a região de nascimento da originalidade da cultura nacional, em decorrência da profusão e opulência em suas cidades e edificações, das técnicas artísticas realizadas por não brancos, como Antônio Francisco Lisboa (1738 – 1814), conhecido como Aleijadinho.

Durante a República Francesa, que nascia após 1789, usava-se a criação da escola para repassar os valores e costumes à população, de forma que a nação francesa criasse uma origem comum a todos, tendo como objetivo principal a difusão da língua francesa, que até o ano de 1789 era uma língua falada apenas pela elite. Funari (2006, p.16) diz que:

[...] O estado nacional surgiu, portanto, a partir da intervenção de um conjunto de cidadãos que deveriam compartilhar uma língua e uma cultura, uma origem e um território. Para isso, foram necessárias políticas educacionais que difundissem já entre as crianças, a ideia de pertencimento a uma nação.

Surgiu esta escola com interesse por uma educação não apenas cristã, mas também pela construção cidadã de uma nação, através da difusão da língua, dos costumes e da tradição. Mesmo que por interesses políticos, surgiu então a configuração da educação patrimonial como grande contribuição para a construção da cidadania e também para o sentimento de pertencimento e preservação local: aquilo que se conhece e com que se identifica, tende-se a preservar.

Entre a Constituição de 1934 e a Carta do Estado Novo, de 1937, os papéis dos protagonistas da política pública de salvaguarda do patrimônio nacional ficaram mais claros. E para demonstrar essas definições é preciso comparar as duas constituições como:

Art. 10. Compete à União e aos Estados: [...]

III – proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte;

[...] (Brasil, 1934a p. 40).

Art. 134. Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional (Brasil, 1937, p. 40).

A educação patrimonial é de extrema importância, pois o modo como são estabelecidos os critérios de preservação de um determinado bem histórico traduz a intensidade do exercício da cidadania em sua participação nas decisões políticas. Para o historiador francês Jacques Le Goff (1984, p. 41), todo monumento é um documento, compreendido como “produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de formas que aí detinham o poder [...]”.

A escola tem buscado cada dia mais a ideia de preservação cultural e mostrado a educação patrimonial como forma de manifestação da cultura e como uma das transmissões de legado. A educação patrimonial vem desenvolvendo um trabalho educativo com finalidades de preservação de todo e qualquer tipo de patrimônio, como, por exemplo, os hábitos, costumes, crenças e tradições de cada região.

A educação patrimonial para IPHAN (2016c, p. 89) é composta por:

[...] processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural apropriado socialmente como recurso para a compreensão socio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para o seu reconhecimento, sua valorização e preservação.

A valorização e os cuidados com o patrimônio cultural são dever de todos os cidadãos, governantes e sociedade em geral. Dessa forma, as pessoas são ligadas através de suas histórias contadas, uma festa onde todos possam participar ativamente, as comidas a serem saboreadas, enfim, os saberes compartilhados.

[...] O patrimônio cultural faz parte da vida das pessoas de uma maneira tão profunda que algumas vezes elas não conseguem nem mesmo dizer o quanto ele é importante e por quê. Mas, caso elas o perdessem, sentiriam sua falta. Como, por exemplo, a paisagem do lugar da infância; o jeito de preparar a comida; uma dança; uma música; uma brincadeira (IPHAN, 2013, p. 90).

Definições estas que abrangem as vidas de todos os cidadãos, no seu âmbito pessoal e comunitário, público e privado, que são inseparáveis da cultura e de seus significados simbólicos.

Nos anos de 1970, o Ministério do Planejamento e a Coordenação Geral do Brasil implantaram o Programa de Cidades Históricas (PCH), com o objetivo de integrar a preservação do patrimônio cultural às macropolíticas de desenvolvimento econômico contemporâneas.

A constituição de 1946, que pôs fim ao Estado Novo, comparada à constituição de 1937, a que inseriu o cidadão como coagente nessa proteção, retrocedeu ao enfraquecer a ênfase na questão patrimonial como um todo, conforme registrado no art. 175. “As obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os lugares dotados de particular beleza, ficam sob a proteção do Poder Público” (Brasil, 1946, p. 45).

Ao falar em educação patrimonial, é de conhecimento de todos esses mecanismos jurídicos dos quais se pode lançar mão em defesa do patrimônio cultural, o que equivale a almejar e lograr qualidade de vida no presente em convivência com acontecimentos e histórias do passado.

Resgate e Valorização Cultural

As manifestações culturais estão associadas às danças, músicas e costumes enraizados em uma sociedade e todos deveriam valorizar e resgatar essas manifestações culturais. A cultura para Canclini (2013, p. 59):

[...] é um processo chamado hibridação, isto é, composto por ligações interculturais em que se combinam e se intercambiam elementos diversos, formando novas práticas e novos objetos. São misturas em que cada parte ganha e perde algo ao resolver-se mutuamente nesse processo de troca. Tal perspectiva não nega, de maneira alguma, a existência de relações de poder e até de opressão, mas esclarece que não existem formas puras de cultura; são sempre misturas.

Podemos perceber várias culturas diferentes em nosso país, começando pelo vestuário de uma região para outra, pelas comidas, pelas danças e até mesmo pelas comemorações destacadas em suas épocas. Devido aos ambientes cada vez mais urbanizados, as misturas acontecem graças às migrações, ao turismo e aos demais movimentos sociais que ligam o campo e a cidade, o tradicional e o tecnológico.

O desenvolvimento da modernidade, envolvendo a atualidade tecnológica, não extingue as culturas populares tradicionais. Entre outras ligações, Canclini (2013) afirma que, no processo de globalização, as tradições populares desenvolvem-se transformando-se. Por isso, com o avanço da tecnologia, fica cada vez mais difícil o encontro de pessoas para socialização das “prosas”, histórias contadas de pai para filho, famílias reunidas ao redor da mesa conversando sem o uso da internet, etc.

A noção de cultura defendida por Chuva (2012, p. 58) sobre o legado de Mário de Andrade em seu âmbito de patrimônio na década de 1930 permite essa reflexão que hoje está centrada nesse conceito e na relação entre tradicional e modernidade:

[...] a experiência e o aprendizado das viagens realizadas por Mário de Andrade mostram que, em sua tentativa de construção da nação, o passado seria uma matéria-prima a ser resgatada como referencial. Não um passado que não existe mais, mas justamente a experiência, nesse imenso Brasil, de diferentes temporalidades, encontradas por eles em suas missões ao interior do Brasil, distante de São Paulo ou das grandes cidades; distantes das elites e da sua erudição europeia e bastante próximo do popular, encontrando no próprio tecido social, a ser apreendido por que vem do olhar, do escutar, do saborear, do conversar (Chuva, 2012, p. 58).

A partir das décadas de 1960 e 1970, houve uma importante produção intelectual de historiadores europeus a respeito do conceito de sociedades tradicionais. Uma das características mais abrangentes da cultura tradicional é o aspecto artesanal, pré-industrial, que se faz nos saberes orais e se fortalece nos laços afetivos, num aprendizado de pai para filho. A moringa, o pote, a panela de barro, a esteira feita de tabua, por exemplo, são exemplos de trabalho artesanal aprendido dentro de uma cultura popular, que vem cada dia desaparecendo. Hoje o filtro elétrico, a caixa de fibra, a panela de alumínio ou inox substituem os utensílios fabricados por populares de cada região ou são trocados por outra mercadoria de inteira necessidade, como é o caso do canapé, o oratório, pilão de madeira, as máquinas de mão, etc.

Diante disso o autor Canclini (2013, p. 59), decorre:

[...] a invisibilidade dessas práticas populares diante de uma cultura hegemônica, pois quase nunca são representadas no formato de monumentos edificadas, seus artistas raramente participam do grande mercado de arte e há muita dificuldade de acesso à educação escolar e à cultura fora da territorialidade desses grupos marginalizados.

A cultura popular é como se fosse um tesouro preservado da ação do tempo e exposto em locais de observação, de admiração aos antepassados. Lugares esses, como os museus que estão espalhados pelo Brasil, com raras peças antigas e materiais confeccionados por pessoas que já não existem mais na sociedade, que nos deixaram grandes riquezas e ensinamentos com sua experiência popular. Pelegrini (2006, p. 75) aponta:

[...] Na busca de uma abordagem integrada dos bens culturais como signos da memória e identidade brasileira, a cidade passa a ser observada como um cenário catalisador de diferenciados referenciais. Assim, tanto as manifestações populares e eruditas quanto as igrejas, os monumentos ou qualquer produção arquitetônica, as praças e os jardins, o traçado das ruas e caminhos, os arquivos e museus, as obras de arte, as peculiaridades do comportamento social, a paisagem e os vestígios arqueológicos passam a ser valorizados e reconhecidos

como merecedores da proteção e da sua reinserção no seu contexto contemporâneo.

O grande desafio é a implementação de uma visão ampla de patrimônio que reduza a diversidade cultural em um país onde se aplicam as políticas públicas de inclusão social.

Conforme Marchette (2013, p. 117), a cultura tem que ser compreendida e gerida como eixo de desenvolvimento, de forma que todas as atividades a ela relacionadas sejam abrangentes e não excludentes.

Nessa perspectiva, o patrimônio responsabiliza-se pelos atos de melhor compreender e promover a participação de todos os envolvidos e consolidar as metas governamentais.

Formação da Identidade Cultural

O Brasil busca se construir, se reconhecer e se transformar em uma nação através do resgate, do conhecimento e do reconhecimento das suas verdadeiras raízes e das culturas oriundas de seu povo, erguendo este patrimônio cultural e remetendo-o à apropriação e conscientização nacional a fim de que o reconheçam como seu. Uma atitude necessária para estimular e construir a conscientização de autoestima, noção de pertencimento e identidade nacional, que são os aspectos de nossas identidades que emergem de nosso “pertencimento” às culturas: étnicas, raciais, linguísticas e religiosas.

A antropóloga Vera Regina Rodrigues (2006, p. 124), ao refletir sobre as demandas de número expressivo de comunidades pelo país que reivindicam reconhecimento enquanto “renascentes de quilombos”, conforme previsto na Constituição Brasileira:

[...] Esses olhares de nossos homens de ciência trarão, calcados na ideia de raça, um aporte de significados e implicações para as discussões sobre, por exemplo, cultura e sociedade no Brasil. O cruzamento desses olhares dialoga nos séculos XX e XXI com as visões de antropólogos, historiadores e militantes que, ampliando o debate sobre “raça”, ressemantizam o conceito de quilombo. Quilombo passa assim a integrar-se às dimensões da história e da cultura para, enfim, perpassar a contemporaneidade com noções de identidade étnica, direitos socioculturais e pleitos políticos que seguem na esteira dos “velhos” e “novos” debates (Rodrigues, 2006, p. 124).

Este processo, de construção da identidade nacional, conta e se apoia, entre outros, nas novas diretrizes e no conteúdo da educação, onde se destacam a valorização e a recente introdução, obrigatória, dos estudos das histórias e culturas afro-brasileiras e indígenas, no estabelecimento de ensino fundamental e de ensino médio, público e privado.

A autora Cleidiana Brito (2009), em seu artigo “história viva –saberes e memórias no cotidiano da comunidade de Santo Inácio – Ibiassucê – Bahia”,

descreve as manifestações culturais, destacadas nessa localidade, que são o padroeiro “Santo Inácio” e as festas juninas, que são comemoradas no mês de junho, principalmente o São João. Nos eventos ocorridos, como as gincanas culturais no aniversário da cidade, a valorização despertou em todos os “negros” maior força e desejo de participar com suas danças, apresentações, músicas, etc. Segundo a autora que dessa comunidade, Eliete Rocha (2009, p. 94) afirma que:

[...] a comunidade de modo geral sempre teve orgulho de ser negra e em momento algum se sente inferior a outros grupos étnicos e mesmo às vezes sofrendo preconceito, pois para todos nós aqui a cor da pele pouco importa, pois o que vale mesmo são os valores.

A certificação de comunidades remanescentes de quilombos pela Fundação Cultural Palmares teve início com a aprovação do decreto nº 4.887/2003, que visou garantir a essas comunidades a posse da terra e o acesso a serviços de saúde, educação e saneamento. Para que isso ocorra, o grupo deve reconhecer-se como comunidade remanescente de quilombo. Após receber a declaração de autorreconhecimento por escrito, a Fundação Palmares inscreveu a comunidade no Cadastro Geral e expediu a certidão de autorreconhecimento (Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial) CNPIR.

Vivemos em uma sociedade eurocêntrica, onde somente o sujeito branco e a cultura que ele representa têm lugar, para inserir-se nessa cultura o sujeito negro que não pode ou não “quer” lutar pela sua isenção, só tem uma opção: ser assimilado pela cultura opressora.

Nesse processo de assimilação, o sujeito negro é compelido a rejeitar sua negritude e adquirir geralmente uma postura contrária a tudo o que é negro. É comum que ele culpe outras pessoas negras por seus comportamentos e posturas, que seriam “o motivo de não serem aceitos pela branquitude”. Segundo o sociólogo Guilherme A. Galliano (1981, p. 14):

[...] quando falamos em desigualdade social, estamos nos referindo ao fato de existirem hierarquias entre pessoas e grupos sociais, nas quais os indivíduos que ocupam posições superiores possuem vantagens em relação aos que ocupam posições inferiores.

Na estética negra, o cabelo é a síntese da construção identitária. Representando algo distinto de si mesmo, o cabelo do/a negro/a adquiriu um significado social, cultural e político importante para a compreensão do lugar dessa população na complexa estrutura da sociedade brasileira. Hoje os negros assumem sua identidade com maior naturalidade, optando pelo cabelo natural de sua descendência.

A diferenciação social a que o autor se refere, Bottomore (1996, p. 19), é “as diferenças entre grupos ou categorias particulares de indivíduos que se constituem como fatos sociais, isto é, as diferenças tidas como significativas nas relações sociais”.

A democracia vem sendo um tema muito discutido no Brasil, mas, na verdade, aqui não existe igualdade de raças, de sexos; a desigualdade ainda é muito grande, e os padrões estéticos qualificam o branco como símbolo de beleza. A identidade negra, por exemplo, é um processo contínuo e complexo que vive sua construção histórica, social, racional e cultural, que é familiarizada e, principalmente, ramificada em uma localidade, valorizando sua identidade cultural. Para o autor Williams Junior (1996, p. 146):

[...] as manifestações do preconceito podem ter componentes cognitivos, afetivos e comportamentais. O primeiro componente diz respeito às ideias e crenças negativas sobre membros de um grupo social. Elas colaboram com a configuração do segundo, isto é, dos sentimentos de desprezo, ódio e medo em relação a esses indivíduos.

O sentimento de alegria dos moradores de uma região como os quilombolas de Santo Inácio é de tamanha satisfação em se sentirem protegidos e acolhidos por visitantes e comunidades vizinhas em suas apresentações e participações em eventos.

METODOLOGIA

Com relação ao tipo de pesquisa, a princípio, apresenta caráter bibliográfico e posterior de cunho exploratório de natureza quantitativa, com o intuito de evidenciar o quanto a Educação Patrimonial pode ser aplicada a qualquer evidência material ou manifestação de cultura, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico. Tendo como fonte de estudo as iniciativas das secretarias do município de Ibiassucê e a comunidade de Santo Inácio, tombada como quilombola.

Inicialmente, foi possível um estudo bibliográfico e uma pesquisa em alguns autores que possibilitaram o embasamento e a fundamentação teórica sobre a temática, seja através das definições ou da contextualização histórica.

A partir da pesquisa de campo que foi realizada por meio de entrevistas aos moradores da comunidade de Santo Inácio, aos representantes das secretarias culturais e de educação do município e jovens e participantes dos eventos culturais que ocorrem no Casarão situado no município de Ibiassucê. Estes dados serão tratados e explanados com o intuito de certificar a importância da Educação Patrimonial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa do TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) apresentou grandes contribuições, definições, conceitos sobre a educação patrimonial, resgate do patrimônio cultural material e imaterial do município observado. Além da parte

bibliográfica, foi necessária uma investigação na internet que continha o artigo original que concluía a realidade da comunidade dos quilombolas nesse mesmo município.

O patrimônio é composto por bens que foram deixados há séculos por povos antigos, que contavam histórias daquela época, refletiam suas danças, comidas típicas, músicas, plantas medicinais, além do sofrimento na época dos revoltosos, pessoas que possuíam ilegalmente a criação dos moradores e ainda matavam os seres humanos que ali encontravam.

O estudo da educação patrimonial foi embasado em vários conceitos, definições e estudos bibliográficos que possibilitaram compreender com maior clareza o patrimônio cultural material e imaterial, a valorização da cultura, a formação de uma identidade cultural e os conhecimentos trazidos nas suas histórias. A pesquisa em sites foi de muita importância nesse TCC, pois contribuiu para a obtenção de dados sobre a cultura de famílias que residiram há séculos e de alguns que ainda estão vivos, que informaram um pouco do que ouviram e viveram.

A comunidade estudada dentro deste artigo merece uma grande revisão em seus estudos, pois nos revelou uma grande história vivida por poucos moradores, sendo esta comunidade só de pessoas negras, que conseguiram o tombamento daquela comunidade.

O grande desafio do resgate da identidade cultural é mudar a visão de conhecimento e convivência dos seres humanos, brancos e negros, respeitando a sua identidade racial, bem como a socialização de suas culturas, qualidades, defeitos, sem discriminação de qualquer raça ou cor, com os mesmos direitos e deveres que um cidadão possui.

Este estudo nos proporcionou imenso conhecimento em seus aspectos culturais, sociais, afetivos, além dos bens materiais e imateriais que tornam emocionante a lembrança através das construções dos escravos que ali trabalhavam a “ferro e fogo” e os contos e relatos ouvidos dos mais velhos.

REFERÊNCIAS

- ABREU, R. **“Tesouros humanos vivos” ou quando as pessoas transformam-se em patrimônio cultural – notas sobre a experiência francesa de distinção do “Mestre da Arte”**. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. P. 83-96.
- BOTTOMORE, T. *Diferenciação Social*. In: OUTHWAITE, W. BOTTMORE, T. (Org.). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1996.
- BRASIL. **Constituição (1934)**. **Diário Oficial [da] República dos Estados Unidos do Brasil**, Rio de Janeiro, RJ, 16 jul. 1934.

BRASIL. Constituição (1946). **Diário Oficial [da] República dos Estados Unidos do Brasil, Rio de Janeiro, RJ, 19 SET.** 1946. Disponível em: [HTTP://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm). Acesso em: 14 out. 2016.

_____. **Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937.** Diário Oficial, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 25 jul. 1937. Disponível em: [HTTP://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De10025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De10025.htm). Acesso em: 7 nov. 2016.

CANCLINI, N. G. **Culturas hídricas: estratégias para entrar e sair da modernidade.** 4. Ed. São Paulo: Edusp, 2013. (Ensaio latino-americanos).

CHUVA, M. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 34, p. 147-165, 2012.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio histórico e cultural.** Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.

GALLIANO, A. G. **Introdução à sociologia.** São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1981.

IPHAN. **Cultura/Educação: SEC aprova os primeiros projetos.** Educação patrimonial. Disponível em [HTTP://portal.IPHAN.gov.br/pagina/detalhes/343](http://portal.IPHAN.gov.br/pagina/detalhes/343). Acesso em: 14 out. 2016 c.

_____. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Educação patrimonial: manual de aplicação. Programa Mais Educação. Brasília, 2013. Disponível em: [HTTP://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Edupat_EducPatrimonialProgramamaisEducacao_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Edupat_EducPatrimonialProgramamaisEducacao_m.pdf). Acesso em: 14 out. 2016.

LE GOFF, J. **Documento/monumento.** Portugal: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, (Enciclopédia Einaudi: memória histórica, v. 1).

MARCHATTE, T. D.; COSTA, V. A. de A. (Coord.) **Guia de educação patrimonial.** Curitiba: Factum, 2013. Disponível em [HTTP://factumhistoria.com.br/download/guia_educacao_patrimonial.pdf](http://factumhistoria.com.br/download/guia_educacao_patrimonial.pdf). Acesso em: 19 out. 2016.

PELEGRINI, S. C. A. O patrimônio cultural no discurso e na lei: trajetórias do debate sobre a preservação no Brasil. **Patrimônio e memória**, v.2, n2, p.54-77, Assis; São Paulo: Ed. Da Unesp; FCLAs; Cedap, 2006.

RODRIGUES, V. R. **De gente da barragem a quilombo da Anastácia: um estudo antropológico sobre o processo de etnogênese em uma comunidade quilombola do município de Viamão/RS,** 2006.

SANT'ANNA, Márcia. **A face imaterial do Patrimônio Cultural: Os novos instrumentos de reconhecimento e valorização.** in: Abreu, Regina ET Al. Chargas, Mario. Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. 2ª ed.- Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 49-57.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil: uma biografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

WILLIAMS, JR., R. M. **Preconceito**. In: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. (Org.). Dicionário do pensamento social do século xx. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

ROCHA, Eliete Freitas da. Depoimento Ibiassucê. **Entrevista concebida a Cleidiana Brito da Silva**. 2009.